

NATURALIZAÇÃO E LEGITIMAÇÃO DAS VIOLÊNCIAS DE GÊNERO NO DISCURSO

FERNANDA PEREZ MENDONÇA¹; LUIZA SIQUEIRA KATREIN²; RAQUEL RECUERO³

¹Universidade Federal de Pelotas (UFPEl) – fernandamendonca.jornalismo@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas (UFPEl) - luizakatrein2@gmail.com

³Universidade Federal de Pelotas (UFPEl) - raquelrecuero@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Pensando o discurso como lugar de poder, disseminação e legitimação de estereótipos de gênero, desigualdades e violências, torna-se fundamental entender as estratégias discursivas e os seus sentidos para então desconstruí-los. Isso se dá pois o discurso enquanto prática política serve como campo de luta pelo poder e na sua prática são naturalizadas relações de poder, nas quais as relações de gênero estão inseridas. Portanto, discurso é meio de ação e de representação, em que fica nítido os efeitos da prática social na estrutura social (FAIRCLOUGH, 2001).

Nesse intuito, o trabalho tem como tema os discursos violentos do ponto de vista de gênero, enquanto o seu objetivo é identificar as estratégias de legitimação e naturalização das violências discursivas de gênero para responder a questão: quais são as estratégias discursivas usadas para legitimar e naturalizar a violência de gênero no discurso midiático.

Para fazer este estudo, concebemos a violência discursiva de gênero como aquela observada na prática discursiva, contaminada pelas convenções sociais vinculadas a instituições, como Igreja, Família e Mídia, que tem como característica o uso do poder simbólico (BOURDIEU, 1989) para reafirmar estereótipos misóginos, sexistas e machistas, reproduzindo violência simbólica, mas não somente, uma vez que o poder simbólico frequentemente provoca efeitos reais, autorizando práticas discursivas violentas que podem justificar uma violência física de gênero.

Como metodologia usamos a Análise Crítica do Discurso (ACD) (NORMAN FAIRCLOUGH, 2001) e as categorias de legitimação de VAN LEEUWEN (2007) e selecionamos chamadas de matérias jornalísticas sobre mulheres no esporte, mulheres vítimas de crimes e de violência política de gênero. Já para desenvolver a pesquisa do ponto de vista teórico, trabalhamos conceitos, como: poder simbólico, discurso violento e violência de gênero; pensamos as desigualdades e diferenças advindas da condição de gênero, raça e classe; nos afastamento de uma visão essencialista e hegemônica de mulher; e defendemos que a posição em que o sujeito está situado no discurso determina não só a sua vivência, mas também a sua interpretação do sexismo (LÉLIA GONZALEZ, 2020).

2. METODOLOGIA

Para reconhecer e analisar as estratégias de legitimação e naturalização das violências discursivas de gênero, será utilizada a Análise Crítica do Discurso

(ACD), de NORMAN FAIRCLOUGH (2001), cuja abordagem metodológica sugere que o sentido de um discurso deve ser investigado não só a partir da forma de um determinado texto, como também dos processos e estruturas sociais que culminam na sua produção. Com base na ACD, o contexto sócio-histórico em que os discursos que reproduzem violência de gênero estão inseridos afeta diretamente como as pessoas assimilam e interagem com os textos. FAIRCLOUGH (2001) atribui a eficácia de um discurso às relações de poder e ideologias que tornam-se elementos implícitos da prática discursiva, uma vez que são legitimados sem o conhecimento aparente dos participantes do discurso.

A concretização desse processo se dá por meio de argumentos que justificam o que é defendido para ter a concordância e aprovação de ideias, políticas e ações sociais na intenção de manter o poder, dar manutenção às relações sociais, alcançar ascensão social, popularidade ou fama (VAN LEEUWEN, 2007). Na intenção de elucidar as estratégias de legitimação, VAN LEEUWEN (2007) as organiza em quatro principais categorias. São elas: autorização (A) - “autorização pessoal” ou “legitimação de autoridade pessoal”: quando a legitimação se dá pela autoridade da fonte; avaliação moral (AM): a legitimação ocorre com base em valores morais; racionalização (R): tem como base suposta o conhecimento e está distante da moralização; e mitopoese (M): a legitimação está veiculada às narrativas de cunho “moral da história” e podem usar ações simbólicas ou ações específicas.

Quanto ao termo estratégias, nos embasaremos na definição de Wodak (2015), para quem estratégia discursiva implica no uso sistemático da linguagem nas práticas adotadas para impor determinado objetivo social, político, psicológico ou linguístico.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Figura - Manchete de matéria sobre Eliza Samudio

21/04/2013 15h30 - Atualizado em 21/04/2013 17h22

VÍDEOS: relembre cronologia do caso Eliza Samudio, ex-amante de Bruno

Júri de Marcos Aparecido dos Santos, o Bola, começa nesta segunda (22).
Três pessoas, incluindo o goleiro Bruno, já foram condenados.

Fonte: Portal G1

O título da notícia, publicada pelo portal G1, da Rede Globo, reduz Eliza Samudio a "ex-amante de Bruno", ignorando sua identidade própria e a gravidade do crime sofrido por ela. Ao destacar seu relacionamento com Bruno, a notícia desumaniza Eliza e diminui a importância de sua vida, utilizando-se da categoria Avaliação Moral (AM) para reforçar estereótipos que associam o valor de uma mulher a seus relacionamentos pessoais. Essa estratégia é especialmente utilizada para desviar a atenção do crime em si e dar ênfase às questões

relacionadas ao comportamento pessoal e sexual de Eliza. A avaliação moral, ao destacar o papel de amante — fato irrelevante frente ao horror do crime — tende a deslegitimar sua posição como vítima ao enquadrar Eliza em termos moralmente estigmatizados, contribuindo para a naturalização da violência de gênero.

Por outro lado, ao adicionar o apelido “Bola” do réu Marcos Aparecido dos Santos na linha de apoio e destacar a profissão “goleiro” de Bruno, a notícia humaniza os homens perpetradores do crime. Vale ressaltar que Bruno, no momento de publicação da notícia, em 2013, já era um homem condenado a 23 anos e um mês por homicídio, ocultação de cadáver, sequestro e cárcere privado de Eliza Samudio.

A categoria Racionalização (R) também pode estar presente na construção da notícia, que segue a lógica de uma “ordem natural das coisas”. Van Leeuwen (2007) salienta que a racionalização instrumental ocupa-se de criar propósitos, por meio do discurso, para “explicar por que as práticas sociais existem e por que assumem as formas que têm” (VAN LEEUWEN, 2012, p. 101, tradução nossa). Sob essa ótica, ao apresentar o caso como uma cronologia de eventos, focando no instrumento jurídico do julgamento de Marcos Aparecido dos Santos, a narrativa contorna o fato da violência específica de gênero, tratando o crime como um caso de justiça a ser resolvido de maneira formal e neutra. O efeito disso é a mitigação das implicações da violência de gênero, inserindo o crime dentro de uma estrutura judicial aparentemente racional e objetiva.

4. CONCLUSÕES

A análise da manchete revela como a mídia pode utilizar estratégias discursivas para legitimar e naturalizar a violência de gênero. Dentre os resultados, chama nossa atenção a recorrência com que a Avaliação Moral (AM) é empregada para reforçar estereótipos de gênero que reduzem as mulheres à sua conformidade ou não com normas sociais moralmente aceitáveis. Essa estratégia não apenas reforça a naturalização dessas narrativas, mas também contribui para a perpetuação das desigualdades e hierarquias de gênero, escancarando uma circunstância cruel: mulheres sempre serão avaliadas conforme sua conduta moral, independentemente do contexto em que estão sendo retratadas.

A análise também revelou como a Racionalização (R) é utilizada para enquadrar a violência de gênero dentro de uma “ordem natural das coisas”, justificando práticas sociais violentas como algo inevitável ou comum. Ao apresentar casos de violência de gênero de maneira neutra ou como uma sequência de eventos, as manchetes mitigam a gravidade de crimes, deslocando a atenção para aspectos formais e processuais, ignorando as implicações específicas de gênero. Isso reforça a percepção de que essas práticas são socialmente aceitáveis ou normais, ao invés de serem reconhecidas como formas de opressão.

Por fim, as manchetes analisadas evidenciaram como a mídia pode contribuir para a manutenção das hierarquias de gênero e para a invisibilização das violências simbólicas sofridas por mulheres. A forma como as histórias são contadas — seja pela ênfase em aspectos morais, seja pela trivialização da violência através de uma abordagem formalista — reflete e reforça as estruturas de poder que sustentam essas desigualdades. Portanto, é essencial que haja uma crítica constante e a conscientização sobre as estratégias discursivas

utilizadas na mídia, para que possamos avançar no desmantelamento dessas narrativas e promover uma sociedade mais equitativa e justa para todas as pessoas.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANDEIRA, Lourdes Maria. **Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação**. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 29, n. 2, p. 449-469, ago. 2014.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Tradução de M. I. Magalhães. Brasília: UnB, 2001.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

VAN Leeuwen, T. (2007). Legitimation in discourse and communication. *Discourse & Communication*, 1(1), 91–112.

WODAK, R. **The Politics of Fear. What Right-Wing Populist Discourses Mean**. Sage, 2015.